

A PEQUENA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO POVOADO BOM JARDIM, NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA- SE

SANTOS, Éverton dos
evertonubaldo@ig.com.br

BRANDÃO, Karine
karinebrandão@oi.com.br

BARROSO, Ana Paula
paulabrito10@yahoo.com.br

RODRIGUES, Auro de Jesus (Orientador)

Graduada em Geografia, Mestre em Geografia, Prof. do Curso de Geografia:
Licenciatura Plena da Universidade Tiradentes – UNIT.

aurorodrigues@ibest.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral analisar a produção agropecuarista do povoado Bom Jardim, no município de Itabaiana-SE. Para uma melhor compreensão do tema, foi realizada uma pesquisa de campo dentro do povoado, com conversas informais, e aplicação de questionário aos agricultores, tendo como finalidade de compreender melhor o tema proposto neste artigo. Dessa maneira o espaço agrário brasileiro se torna um verdadeiro campo de informações e conhecimentos, no qual é impossível desvincular as relações políticas e sócias das relações que se formam neste amplo espaço geográfico.

PALAVRAS-CHAVES: Agricultura. Itabaiana. Povoado Bom Jardim. Camponeses

1 INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira é um dos setores econômicos mais estratégicos para a consolidação do programa de estabilização da economia. A grande participação e o forte efeito multiplicador do complexo agroindustrial no Produto Interno Bruto (PIB), o alto peso dos produtos de origem agrícola, sendo que esta é de fundamental importância para equilibrar a Balança Comercial brasileira, através da exportação de diversos produtos. A agricultura brasileira ganha impulso durante a segunda Guerra Mundial quando as potências capitalistas passaram por uma crise de produção, sendo a partir daí que os países em desenvolvimento iniciaram uma política de exportação de produtos primários para atender a demanda dos países em guerra.

A ampliação dos conflitos agrários no Brasil tem se intensificado graças à grande concentração fundiária reinante no país, tendo está sido moldada durante o processo de colonização imposta no Brasil. Nos últimos anos a Agricultura brasileira vem passando por uma nova conjuntura, devido ao rápido processo de modernização que vem sendo imposta nos principais pólos agroindústrias do país, a modernização desses grandes pólos agrícolas é estabelecido pela internacionalização da indústria agrária e a introdução maciça de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, sem contar com a revolução proporcionada pelos produtos transgênicos que reduzem o custo da produção.

No Brasil também se verificas que ocorre um desenvolvimento contraditório e desigual, também expresso pelo processo de colonização que foi introduzido dentro do país, no qual as regiões Sul e Sudeste apresentam um amplo desenvolvimento de suas técnicas agrícolas. Apesar da multiplicidade do agronegócio brasileiro, pode-se dizer que em grandes

áreas do país já se está praticando a monocultura da soja, uma das principais fontes de renda da economia agrícola brasileira, hoje, no entanto a corrida pelos bicompostíveis vem intensificando a produção da cana-de-açúcar no país, sendo este um dos maiores produtores mundiais do produto.

O Brasil apresenta grande potencial de crescimento para sua produção agrícola, pois conta com um clima favorável que possibilita duas ou mais safras por ano; grandes extensões de áreas agricultáveis ainda não aproveitadas; disponibilidade de água; produtores e agroindústrias com bom nível tecnológico; demanda mundial por alimentos em crescimento; e, acima de tudo, um grande potencial de aumento no consumo interno. Mesmo com tais condições favoráveis a agricultura não apresenta o rendimento esperado, em virtude da concorrência dos mercados internacionais, que promovem políticas de proteção de produtos agrícolas em seus países, prejudicando os produtos brasileiros. Também, as grandes extensões de terras inexploradas ainda existentes dentro da federação.

Assim justifica-se a presente pesquisa em buscar entender como se desenvolve a agricultura, e se todas as políticas e ações conjuntas são realmente realizadas com intuito de favorecer o agricultor, vendo se seus anseios e desejos são atendidos em prol de uma conjuntura agrícola favorável ao seu sustento e progresso econômico.

É dentro de uma visão ampla e conjugada, que o presente artigo, busca o entendimento da agricultura do município, observando se o clima e o solo favorecem para o desenvolvimento de uma produção agrícola sustentável.

Dessa forma, procura-se analisar se a forma de ocupação do espaço agrícola do povoado Bom Jardim, no município de Itabaiana, está de acordo com a verdadeira necessidade de produção, ou se distingue do restante do país.

Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a pequena unidade de produção agrícola do povoado Bom Jardim, no município de Itabaiana-SE.

Nesse sentido se faz necessário entender: a) como se dá o processo de comercialização agrícola e animal, b) os principais tipo de cultivos desenvolvidos pelos pequenos agricultores do povoado, c) se a produção agrícola contribui para sobrevivência da familiar, d) se as condições geoambientais favorecem as atividades agrícolas, e) se há assistência técnica governamental na unidade de produção agrícola.

Para a elaboração do presente artigo, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: uma vasta pesquisa bibliográfica, na qual se buscou uma valorização das atividades agrícolas brasileiras e as relações que se soma no espaço agrícola nacional, assim como no município de Itabaiana. Como uma forma mais pratica de trabalho foi feita à elaboração de um questionário com 30 perguntas que foram aplicados no Povoado Bom Jardim, como forma de sustentabilidade das informações elaboradas dentro do artigo. A tiragem de fotos foi outra alternativa encontrada pelo grupo, como estratégia de comprovação dos dados elencados, a construção de tabelas e o trabalho de comunicação estabelecido entre o grupo de pesquisa e pesquisados, acabou sendo de extrema importância para se buscar uma realidade cada vez mais contextualizada na área de estudo.

2 AGRICULTURA BRASILEIRA

A agricultura brasileira surge desde o processo de colonização, onde os colonizadores impuseram uma agricultura dentro dos moldes da monocultura, buscando atender as necessidades do crescente mercado europeu.

Além da dominação européia sobre o território brasileiro o fato marcante para a produção agrícola monocultora é o clima que contribuiu para o cultivo da cana, que só acabaria tendo rentabilidade quando feito em grandes propriedades monocultoras, impondo a nossa economia uma orientação para os interesses externos, pouco levando em conta as necessidades do país.

O estudo da agricultura brasileira deve ser elaborado no centro da evolução do modo capitalista da produção do território nacional. Dentro da visão capitalista, acaba sofrendo o retrocesso na relação camponesa.

“Essa evolução deve ser estudada dentro da economia capitalista que se encontra cada vez mais internacionalizada” (OLIVEIRA, apud, ROSS, 2005, p 467). Mesmo com o grande desenvolvimento industrial é da crescente expansão urbana, a agricultura se mantém com um papel fundamental no mundo hoje.

O rápido avanço tecnológico vem modificando sua estrutura tradicional, mas ela se mantém como responsável pela alimentação da humanidade.

Diversas nações já atingiram um elevado patamar de desenvolvimento urbano industrial, mas a grande maioria continua essencialmente agrícola. Portanto a agricultura continua a ser a grande expressão da cultura humana.

O tipo de propriedade deve ser um elemento social de fundamental importância, pois é este que regula a produção, assim se dividem em: propriedades individuais, propriedades cooperadas e de sociedades e propriedades coletivas.

Os elementos naturais possuem fundamental importância para o desenvolvimento agrícola sustentável, tendo assim uma possibilidade ampla de grande produtividade.

O relevo tem papel destacado dentre os elementos ecológicos, agindo, sobretudo, como moderador das condições climáticas, os elementos ecológicos, tradicionalmente considerados os mais importantes para a agricultura, apresentam-se em grandes áreas

produtoras, mas existem algumas áreas a exemplo das polares onde a prática agrícola é totalmente inviável.

A expansão do sistema agrícola no globo se faz de forma exponencial, mas existem fatores que não podem deixar de serem colocados, o progresso agrícola vem desacompanhado de uma preocupação ambiental. No início do desenvolvimento agro-industrial brasileiro para que houvesse uma ampliação na produção, era necessária a derrubada ou queimadas de árvores sem nenhuma preocupação com o meio ambiente. A busca para a problemática da fome tem sido o porta voz da situação. A solução da moda são os produtos transgênicos, pois se alega que é mais resistente a pragas, pestes e fungos.

As áreas agrícolas passaram a serem direcionadas para cultivos específicos, provocando o chamado êxodo rural, constituindo assim grandes concentrações urbanas.

Dentro do campo, esse processo de evolução capitalista está diretamente ligada à modernização do campo, que acaba provocando uma monopolização que em geral atua dentro de um oligopólio.

O Brasil, no conjunto das nações mundiais destaca-se como um dos maiores produtores agrícolas, isso se deve a diversos fatores: ampla extensão de terras agricultáveis; mão-de-obra abundante e barata; variedade climática; e capacidade de pesquisas agropecuárias. Mas acontece que essas vantagens corporativas que o país oferece são subaproveitadas, graças a uma conjuntura montada no passado colonial.

A agricultura brasileira, de forma geral, sobretudo as lavouras de exportação, sempre basearam sua produção e lucratividade na ampliação contínua da área plantada e na exploração da mão-de-obra,

Mesmo com uma estrutura agrícola, o Brasil apresenta áreas com grande diversificação agrícola industrial: O Centro Sul, chamado de coração agropecuário do país, pois nessa região a agricultura atingiu o mais alto grau de modernização e eficiência.

Apresenta uma grande produtividade por hectare, pois utilizam em todo seu processo produtivo técnicas modernas como: máquinas fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas, pesquisas, além da especialização por produção. Os principais produtos plantados são o café, soja, laranja entre outros; a região Nordeste aparece sem grandes transformações tecnológicas, usa-se na maior parte das lavouras de plantations como cana-de-açúcar e cacau as mesmas técnicas seculares. Teve sua produção aumentada pela ampliação da área plantada. Hoje podemos verificar, em determinados trechos da Zona da Mata, a troca da monocultura tradicional, como a cana, por outras culturas; a região Norte possui áreas que sobrevivem como válvulas de escape para tensões sociais provocadas pela concentração fundiária. São as chamadas fronteiras agrícolas.

A agricultura no Brasil ao longo dos anos tem se tornado o setor de sustentação da economia, desde a estabilização da moeda nacional em 1994. A forte contribuição do campo agroindustrial veio a promover um amplo crescimento no PIB nacional, passando assim a ser o produto de maior relevância das exportações brasileiras, conseguindo assim, promover um controle na inflação nacional, e atrair novos investimentos.

O Brasil apresenta grande potencial de crescimento para sua produção agrícola, pois conta com clima favorável que possibilita duas ou mais safras por ano; grandes extensões de áreas agricultáveis ainda não aproveitadas; disponibilidade de água; produtores e agroindústrias com bom nível tecnológico; demanda mundial por alimentos em crescimento; e, acima de tudo, um grande potencial de aumento no consumo interno.

A agricultura brasileira a partir de 1995 tem se mostrado excelente desempenho em termos de produção e rendimento por área plantada das culturas com grande potencial exportador, como: a da soja, a da cana-de-açúcar e da laranja. Ao passo que lavouras voltadas para o consumo interno apresentam queda de produção e na área-colhida.

A finalidade primordial da agricultura é produção de alimentos e matérias-primas. Entretanto, apesar de todos os esforços e progressos realizados pelo ser humano, o número de famintos no mundo, atualmente, continua alto. Assim,

O Programa Mundial de Alimentos da ONU informa que em 2004 havia no mundo 840 milhões de pessoas com fome e que nos últimos dez anos a população global afetada pela fome cresceu em 60 milhões de pessoas, em 26 países. O problema atinge principalmente a África e a Ásia. A América Latina responde por 6,5% do total mundial (ou 54,8 milhões de pessoas). O Brasil, em situação intermediária, tem entre 5% e 19% de sua população enfrentando o problema da fome (COELHO, TERRA, 2005, p. 350).

A lógica do desenvolvimento capitalista na agricultura se faz no processo de globalização e expansão das fronteiras agrícolas. Sendo que o espaço geográfico passa a ser delimitado pelas potências capitalistas, que incentivam a produção de produtos primários, oferecendo vultosos empréstimos, que se tornam cada vez mais gradativos, ampliando a dívida externa dos países produtores:

Através dele os governos dos países endividados criam condições para ampliar a sua produção, sobretudo industrial. Para pagar a dívida eles têm que exportar, sujeitando-se a vender seus produtos pelos preços internacionais. Os preços dessas matérias primas (gêneros agrícolas e recursos minerais, exceto petróleo) têm baixado significativamente nas últimas décadas, por isso esses países têm que ampliar a produção para poder continuar pagando a dívida. Mas, para poder aumentar a produção, eles se vêem obrigados a decorrência disso, têm que exportar ainda mais: logo, os preços internacionais pressionados pelo aumento da oferta tendem também a cair muito mais (OLIVEIRA apud, ROSS, 2005, p. 468).

Esse conjunto de contradições que giram em torno do camponês-capital, revela que o processo de expansão capitalista tende a se ampliar, descapitalizado o pequeno e médio proprietário, que predominantemente usufruem do trabalho familiar, e a expansão do trabalho assalariado nos grandes latifúndios.

Tendo como ponto de partida as diversas alterações no espaço geográfico, vale ressaltar que podem ocorrer alterações, áreas que antes eram atrativas podem acabar se tornando repulsivas em relação a mão-de-obra: “um exemplo disso é a redução dos posseiros no Sudeste brasileiro e o aumento no Nordeste entre a década de 70 e 80, já entre 80 e 85 eles voltaram a aumentar na região Sudeste” (OLIVEIRA, 2001, p. 25).

O processo de internacionalização da economia brasileira revela que o desenvolvimento da agricultura brasileira acaba expropriando o pequeno trabalhador camponês, o qual não possui capacidade financeira de concorrer com os espaços agrícolas industrializados e acabam se tornando trabalhadores assalariados e subordinados ao capital corporativos das grandes empresas agrícolas. Assim:

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo. Vamos encontrar no campo brasileiro, junto com processo geral de desenvolvimento capitalista que caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado (os bóias-frias, por exemplo), a presença das relações de trabalho não-capitalista como, por exemplo, a parceria, pó trabalho familiar camponês, etc. (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

O capital monopolista industrial vem pouco a pouco impondo suas articulações na produção do campo, sendo que agricultura brasileira passa a ser subordinada a indústria, com uma forte introdução de tratores e agrotóxicos.

Os financiamentos obtidos pelos camponeses no campo se tornam a razão fundamental do processo de expropriação do espaço geográfico.

Dentro desta ótica percebe-se que os financiamentos obtidos concentram-se em algumas áreas: “portanto a realidade brasileira nua e crua da agricultura brasileira é que os camponeses não têm sido contemplados com financiamentos agrícolas do país” (OLIVEIRA apud, ROSS, 2005, p. 474).

O mundo assiste hoje ao progresso da expansão urbana e industrial, no qual a técnica representa papel importante para tal. Apesar de todo o avanço, a agricultura continua sendo a atividade mais dispersa e diversificada na superfície terrestre, e direcionada aos dias do grande contingente humano que busca subsistência. É sobre essa ótica que o fortalecimento da

agricultura familiar; composta pelos pequenos proprietários e onde as próprias famílias dos agricultores executam o trabalho ganha força.

Apesar de contraditório, cada vez mais se busca explicar não só para permanência, como também o aumento do campesinato na agricultura, sendo que este se apóia em unidades produtivas individuais que se relacionam através de um conjunto de regras, onde as ligações pessoais são determinadas. O camponês caracteriza-se não apenas por sua organização social específica, mas também pela forma como se insere na sociedade global, preservando suas características econômicas e sociais. De acordo com Oliveira, (2001), representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura brasileira. Essa força deve ser entendida de maneira interligada ao modo de produção capitalista, porém, o camponês deve ser entendido como classe social que ele é. A produção camponesa, como hoje pode ser vista, se sujeita ao capital, pois as produções passam a ser determinadas pela demanda do mercado capitalista, e a dependência cada vez maior da tecnologia coloca em xeque sua individualidade. Dentro da cisão generalizada da agricultura a relação campo-cidade está a cada dia mais entrelaçadas, o camponês passa a buscar na cidade suas reivindicações, numa tentativa de ter seus direitos atendidos e levados a campo.

O século XX tem sido rico em exemplo de luta pela terra e dois processos têm atuado no sentido de soldar o movimento dos camponeses no Brasil. De um lado a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros, de outro o movimento originando na luta dos camponeses contra a expropriação completa no seio do latifúndio. “Analisando a perspectiva dos elementos da produção camponesa, logo se percebe que a produção camponesa é à força de trabalho familiar: sendo esta força do processo de trabalho na produção camponesa” (OLIVEIRA, 2001, p.55).

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor-de-uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a

capacidade de trabalho cada membro possui significada para família. Não realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalho nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultante numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (SANTOS, 1978, p.33/4).

3 O ESPAÇO AGRÁRIO SERGIPANO

A produção agrícola sergipana é voltada tanto para a industrialização quanto para subsistência. Entre os produtos cultivados para a produção industrial estão: cana-de-açúcar, laranja, o coco, o algodão, a mandioca e o fumo. Os cultivos da cana-de-açúcar que é uma das maiores riquezas agrícola do estado é plantada geralmente em latifúndios é típica dos solos massapê da região do Contiguiba.

A agricultura familiar é destinada à alimentação da própria familiar a sobra da produção é vendida na feira. A agricultura comercial é a praticada em ritmo industrial, pois se utilizar várias técnicas modernas para se obter uma grande produção. (Corrêa, 2005 p. .35)

O da laranja na qual é representante num importante cultivo na região centro-sul do estado a exemplo em Salgado, Lagarto, Boquim entre outros, sua produção em forma de suco é destinada para exportação de países europeus e para os Estados unidos.

O plantio do coco se dá com maior predominância em áreas litorâneas onde o coco de forma industrializada é exportado para países do sudeste. Sergipe é pioneiro em industrialização do coco no Brasil.

O plantio do fumo é cultivado na região centro-sul do estado e é utilizado principalmente na produção de fumo de corda, um produto muito comercializado nas feiras livres do interior.

O cultivo da mandioca é predominante em quase todo território sergipano e sua produção é voltada para a fabricação de farinha, sua industrialização é parcialmente artesanal e parcialmente industrializada, é um dos produtos mais comuns cultivados nas pequenas e médias propriedades rurais.

O algodão sofre uma freqüente decadência por causa do baixo rendimento da produção local, no entanto esse produto já foi bastante cultivado em Sergipe inclusive estimulou a instalação de indústrias têxteis em Aracaju, São Cristóvão, Própria e Neópolis.

Os principais produtos de subsistência cultivados no estado são: o feijão que é cultivado em pequenas propriedades junto ao milho, sua presença ocorre em todo o estado, por ser básico na alimentação popular é comercializado em feiras e mercados, a produção do milho é encontrada em todo o estado e suas técnicas ainda são bem tradicionais e o arroz que por sua vez é plantado em regiões alagadiças é predominante nas margens dos vales do rio São Francisco tem produção pequena não abastecendo suficientemente o mercado interno.

Alguns desafios enfrentados pela agricultura sergipana estão relacionados às importações. “A produção estadual não é suficiente para abastecer o mercado interno e de tal modo tem-se que importar inúmeros produtos agrícolas dentre eles se encontram o feijão, arroz, trigo, óleo vegetal, e frutas. “. (Corrêa, 2005 p.36)

Em Sergipe, como no Brasil, há uma forte concentração de terras nas mãos de poucos e um grande número de pequenos agricultores com áreas de reduzidas dimensões, havendo, portanto uma grande concentração de terra.

Grandes extensões de terras estão voltadas para o plantio da cana e para a criação de gado. A propriedade de terra é muito concentrada em Sergipe, grandes extensões de terras são destinadas somente a monocultura e a criação de gado. (Corrêa, 2005 p.37)

Considerável número de trabalhadores rurais não tem o direito fundamental do acesso da propriedade da terra, fora isso os salários são baixos e os empregos, quando a

existência deles, são precários e temporários, a falta de investimento do governo para as pequenas e médias propriedades dificulta bastante o desenvolvimento dessas áreas.

A agricultura moderna desenvolvida para a exportação vem crescendo significativamente, mas a maior parte dos lavradores que trabalham em fazendas de monocultura são os bóias frias, que vem das periferias das grandes cidades. Atualmente se discute muito em nosso país uma reforma agrária de forma ampla e acelerada, que venha promover uma distribuição mais justa das propriedades rurais, visando criar condições para que o pequeno proprietário que receber terras do governo desenvolva suas atividades. Para isso, é necessário amparo técnico e estímulo a formação de cooperativas agrícolas e de associações para a semi-industrialização de alguns gêneros produzidos no campo.

Essas associações e cooperativas rurais são muito importantes porque criam alternativas de sobrevivência para o pequeno e médio proprietário. Esses trabalhadores organizam-se em torno de um objetivo para adquirir maior recurso e condições de concorrer com os grandes proprietários de terra. Em Sergipe associações e cooperativas tentam conter os constantes conflitos ocasionados pela busca de terras.

A política de desenvolvimento do setor primário em Sergipe está fundamentada em quatro pontos: agricultura de sequeiro, para o semi-árido, com tecnologia de convivência com a seca; expansão e verticalização da fruticultura; irrigação explorando o potencial hídrico privilegiado no Estado e, finalmente, a pecuária.

Entre os principais projetos do governo para incentivar o setor agrícola local estão: os subprojetos de infra-estrutura básica do tipo abastecimento de água, pequenas pontes de concreto, armazéns comunitários e eletrificação rural, comunitários diretamente relacionados com o bem-estar social (tais como saneamento básico, melhoria habitacional, educação, saúde, creches), assim como equipamentos de apoio a atividades sociais e

comunitárias e a atividades produtivas não orientadas para o mercado e/ou de subsistência do maior número possível dos membros das comunidades.

4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA

Localiza-se a uma latitude 10°41'06'' Sul e a uma longitude 37°25'31'' Oeste, estado a uma altitude de 188 metros. O município foi criado pela lei estadual nº 1331 de 28/08/1968. Sua população estimada em 2005 era de 84.315 habitantes, tendo sua taxa de urbanização já superado os 72%, com uma densidade demográfica de 226,6 hab/km². É a 4ª cidade em importância atrás da capital Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, as quais fazem parte da Grande Aracaju. (SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 2002/2004).

Itabaiana localiza-se na região central do estado de Sergipe, ocupa uma área de 365 quilômetros quadrados. À terceira cidade mais importante do interior sergipano, configurando-se no mais importante município da microrregião do agreste de Itabaiana.

O principal acidente geográfico de Itabaiana é sua serra. Consiste no segundo ponto mais alto do relevo do estado de Sergipe. O clima da cidade é composto de um período de quatro a cinco meses de seca, sendo um clima tropical semi-úmido, com temperatura média anual de 25°C, com uma precipitação média anual em torno de 858,2 mm anuais, sendo o período chuvoso entre março e agosto. A vegetação é formada por plantas características do litoral e do sertão com espécies da capoeira, caatinga, campos limpos e sujos e mata atlântica, por ser uma região de transição, ou seja, agreste.

Itabaiana é dona de um importante comércio do interior de estado de Sergipe, sendo que suas atividades diversificadas e a rota comercial fazem de Itabaiana a intermediária do fluxo de sua produção entre Aracaju e o sertão, proporcionando um comércio extremamente dinâmico.

O município apresenta uma infra-estrutura de serviços extremamente dinâmica, contando com 1 agência do Banco do Brasil, 1 do Banese, 1 do Banco do Nordeste, 1 da rede Bradesco, 1 agência postal, posto de serviços espalhados por todos os povoados, uma ampla rede hoteleira,

A sede é abastecida de água captada do rio Vaza Barris e do rio Sergipe, através da adutora e mantida pela companhia de Saneamento de Sergipe – Deso. Alguns povoados utilizam água captada de poços artesianos e minadouros perfurados pela COHIDRO, e mantida pela prefeitura. A rede de abastecimento atende a 18453 estabelecimentos, sendo 1748 residências, 792 comércios, 11 indústrias e 103 do poder público. (SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 2002/2004).

As receitas municipais provem basicamente do setor primário e secundário. Os principais cultivos realizados são a batata doce, feijão, mandioca, e alface. Os principais rebanhos são o bovino, os galináceos, ovinos e suínos. (SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 2002/2004).

No setor da saúde, a população é atendida por 1 hospital, e 18 postos de saúde, e com 21 estabelecimento não discriminados dentro do município. (SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 2002/2004).

O sistema educacional conta com 170 estabelecimentos de ensino, divididos dentro da educação infantil, educação fundamental, ensino médio além de contar com uma APAE. A taxa total de alfabetização de 72,6% da população em 2004.

5 O POVOADO BOM JARDIM

No povoado Bom Jardim ficou caracterizado através da pesquisa de campo que a base da economia esta ligada impreterivelmente a prática da agricultura, seja ela para a subsistência ou para comercialização na feira de Itabaiana ou dos municípios vizinhos. Vale ressaltar que foi verificado que em todas as propriedades visitadas a prática da irrigação se torna regra, podendo manter a continuidade da produção durante quase todo o ano, a exceção ocorre entre março e agosto, no qual ocorre um aumento no índice pluviométrico, que acaba prejudicando a produção, devido a o alagamento do solo, no decorre do restante do ano o fator climático (verão), acaba sendo superado por técnicas de irrigação.

Para a integração do sistema de irrigação que implementado dentro do povoado Bom jardim, foi necessário uma intervenção direta do governo do estado, que acabou promovendo obras de canalização em conjunto com a COHIDRO para ampliar o sistema de irrigação que era restrito a alguns agricultores, os quais apresentavam uma melhor margem de capital para investir na produtividade e também promover a melhoria da produção agrícola da região e não deixar os agentes externos intervirem no sistema produtivo. A prefeitura local também se tornou parceira dos agropecuaristas da região, pois é esta a responsável por arcar com uma parte do pagamento da energia elétrica e em alguns caso financiar a encanação de algumas propriedades.

Uma outra forma de contribuição direta do governo é através do envio de técnicos agrícolas especializados nas produções locais, para inspecionar a produção dos alimentos e a criação de animais, como forma de tentar conscientizá-los para uma problemática ambiental.

No Brasil, a agricultura desempenha papel de fornecedora de alimentos para os mercados urbanos, então é dentro desta perspectiva que inicia-se uma problemática no povoado Bom jardim, pois os pequenos agricultores vem de forma rápida alterando sua produtividade antes voltada para subsistência para a produção em massa para vender, sendo que estes não possuem o manejo da comercialização e acabam entregando toda produtividade nas mãos atravessadores(tabela 4), que comercializam os produtos nas feiras livres a um preço elevadíssimo. Para manter sua produtividade os agricultores vão em busca de financiamento junto ao BNB, para manter a produção, e acabam contraindo dividas vultosas que muitas das vezes ocasionam a perda da propriedade rural.

Apesar da à região ser caracterizada por minifúndios (tabela 3) vem ocorrendo um abandono da agricultura de subsistência e conseqüentemente a desordenação da agricultura camponesa (foto 1), o que acaba excluindo parte dos agricultores do povoado Bom jardim, que estão sendo obrigados a trabalhar nas propriedades vizinha para manter seu sustento de forma digna.”Esse termo passa a ser utilizado ao se associar o agricultor familiar à exploração moderna, orientação pela lógica empresarial capitalista, em substituição ao terno camponês, tido como uma categoria social do passado não capitalista (CARNEIRO, 1999).

Dentro da produtividade do Bom Jardim existe uma forte tendência para a produção volta para a demanda do mercado, a heterogeneidade passa a ser fato marcante dos agricultores, principalmente a partir dos financiamentos junto ao BNB, e até mesmo a agiotas que reverterem o capital elevando sua produtividade, usam insumos tecnológicos modernos, como: tomaran, rodapé, mamona(foto7) para obterem um bom nível de renda e geralmente recorrem ao credito rural oferecido, outros dispõem apenas do arado e da enxada, insumos rudimentares, ocorrendo o aluguel de máquinas, tratores e colhedeiros, em épocas específicas como plantio e colheita. Dentro da organização das unidades familiares, a forma como está organizada o trabalho, o mercado, a tecnologia e possíveis conflitos ambientais, demonstram

de forma direta a preocupação do agricultor com o espaço natural, por ser deste que o agricultor mantém sua relação de sobrevivência. Apesar disso, a mecanização e a quimificação são inovações tecnológicas que passam a atuar de forma cada vez mais concreta dentro do Bom Jardim, permitindo uma diversificação da produção e ampliação da área agrícola, sendo que o uso inadequado e indiscriminado dessas inovações podem acarretar vários problemas ambientais para a região.

Foi verificado dentro da pesquisa de campo que existem duas situações distintas de comercialização, em que o agricultor está totalmente dependente do mercado, entregando sua produção nas mãos de um atravessador, que passa a ser o responsável pela comercialização, e outro caso na qual o próprio agricultor, comercializa parte da produção, e o restante retira para sua sobrevivência (tabela 4).

O avanço do capitalismo no campo promove a reestruturação social e econômica do agricultor familiar, obrigando-o a modificar suas formas de produção e seu modo de vida para servir a reprodução do capital. Oliveira (1998) afirma que o desenvolvimento do modo capitalista de produção no território “é contraditório e combinado”, pois, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relação tipicamente capitalista produz também relações camponesas de produção.

Apesar do aparente progresso econômico da região, o agricultor familiar do povoado enfrenta problemas como dificuldade de transporte e de comercialização; os juros altos; os preços elevados dos insumos; a ausência de política de fixação à terra e a extrema desigualdade na distribuição social da terra.

Isso acontece porque no mundo capitalista de produção o solo, a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda da terra que pode vir a dar. Numa palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir renda da terra (OLIVEIRA, 1995, p. 79).

A pecuária extensiva passa a ser uma outra forma atividade econômica a ser desenvolvida dentro da área estudada, apesar da menor concentração, foi relatado que é uma atividade de extrema rentabilidade, pois quase não requer emprego de capital, sendo o investimento pequeno e margem de lucro maior. Segundo relatos a pecuária só não ganha mais força dentro da região por se tratar de uma atividade de um longo período de retorno de lucro, já que o interesse de investimento para ser um retorno rápido.

Cabe salientar que dentro da comunidade existe uma cooperativa, sendo que esta foi formada como forma de fortalecer a produtividade agrícola local, mais devido à discórdia de alguns agricultores locais acabou tendo papel inexpressivo, atualmente a residência funciona como uma biblioteca pública, e atende aos estudantes locais.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do povoado, estes tentam uma nova saída para conseguirem uma melhoria de vida de seus familiares, passam a enviar seus filhos para a sede do povoado Bom jardim (Itabaiana) em busca de uma boa base educacional, como tentativa de maiores oportunidades de escolha, e não continuarem dentro das amarras que o sistema agrícola impõe aos seus praticantes.

Após a Segunda Guerra Mundial, especialmente nos anos de 1960, o conceito de modernização da agricultura passou a ter força indiscriminada no espaço geográfico em construção. O mundo era organizado segundo as recomendações das grandes nações capitalistas, em detrimento as economias subdesenvolvidas, a especialização das atividades agrícolas passava a ser uma regra global: insumos, equipamentos, sementes modificadas, sistema de irrigação e drenagem, tendo atingindo aos mais variados espaços agricultáveis, não deixando a área de estudo do presente trabalho fora do contexto. No povoado Bom Jardim a utilização do trator passou a ser a força motriz do sistema agrícola, mas vale ressaltar que tal

equipamento é adquirido temporariamente através do aluguel, sendo de fundamental importância no processo de aragem do solo.

A implementação de um sistema de irrigação (foto 4) vem a promover uma rápida ampliação da produtividade, proporcionando a subsistência de muitos agricultores, mas foi verificado que o sistema de irrigação do povoado é feito de forma desordenada, em todas as propriedades os dutos transportadores de água apresentavam vazamentos, os quais podem ocasionar a salinização do solo e a redução da produtividade. Dessa forma, Waldman (2002, p.15) enfatiza que:

Mas não parece suficiente quebrar os veículos de dominação dos países centrais, ou então, falar em uma natureza reapropriada pelos seus mais legítimos possuidores. Nisto reside a importância do pensamento ecológico, no sentido de criar uma consciência mais avançada na relação do homem (sem aspas) com o seu meio.

A utilização da mão-de-obra assalariada (foto 3) passa a ser prática comum na produção agrícola local, mas dentro da comunidade mantém-se um sistema dos mais tradicionais, no qual o agricultor faz o pagamento do trabalho através de mercadoria e não em capital, deixando o seu trabalhador sem a possibilidade de gerir sua própria alimentação. Em outros casos o pagamento é feito com o capital sendo feito semanalmente: o dia é equivalente a 15 reais para os homens e 12 para as mulheres, não representando o equivalente a um salário mínimo mensal.

REFERÊNCIAS

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos caminhos sobre exclusão, pobreza e classe sociais. Petrópolis; RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. 2°. ed. São Paulo: Ática,1987.

PESSOA,Andre. Agricultura brasileira. Disponível em <http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/economia/agric/apresent/apresenta.htm>. Acessado em: 05 de Novembro de 2007.

COELHO, Marcos Amorim, TERRA, Lygia, Geografia geral: o espaço natural e socioeconômico. 5° Ed. São Paulo: Moderna; 2005.

OLIVEIRA, Arioaldo de. A agricultura camponesa no brasil. São Paulo: Contexto; 2001.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A geografia das lutas no campo.São Paulo: Contexto; 2002.

APÊNDICES

Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados – 2007

Idade	Nº de Entrevistados
De 11 – 20 anos	2
De 21 – 30 anos	11
De 31 – 40 anos	7
De 41 ou mais	10
Total	30

Fonte: pesquisa de campo, 2007

Tabela 2 – Número de pessoas que residem na propriedade – 2007

Quantidade	Nº de Entrevistados
De 0 – 2 pessoas	09
De 3 – 5 pessoas	11
De 6 – 8 pessoas	10
De 9 – 13 pessoas	00
Total	30

Fonte: pesquisa de campo, 2007

Tabela 3 – Tamanho da propriedade em tarefas – 2007

Tamanho	Quantidade
De 1 – 5 tarefas	04
De 6 – 10 tarefas	07
De 11 – 15 tarefas	07
De 16 – 20 tarefas	07
De 21 a acima	05
Total	30

Fonte: pesquisa de campo, 2007

Tabela 4 – Comercialização da produção – 2007

Formas	Nº de Propriedades
Atravessador	18
Venda na feira	11
Subsistência	01
Total	30

Fonte: pesquisa de campo, 2007

Tabela 5 – Posse da terra – 2007

Forma	Indivíduos
Própria	28
Arrendamento	02
Total	30

Fonte: pesquisa de campo, 2007

Localização do município de Itabaiana



Fonte: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl=>

QUESTIONÁRIO TCC

1 – Sexo: ()M ()F

2 – Idade: _____

3 – Qual o tamanho da propriedade?

Resp.: _____

4 – É utilizada mão-de-obra assalariada? () Sim () Não

5 – A região (solo, clima) é boa para produção agrícola? () Sim () Não

Por quê? _____

6 – O governo de contribui de alguma forma? () Sim () Não

Como? _____

7 – Quantas pessoas moram na propriedade?

Resp.: _____

8 – É exercida outra atividade além da agricultura? () Sim () Não

Caso sim, quais? _____

9 – É necessário praticar irrigação nas plantações? () Sim () Não

Por quê? _____

10 – Há criação de animais? () Sim () Não

Quais? _____

11 – Existe a utilização de tratores dentro da propriedade? () Sim () Não

Como é utilizado? _____

12 – É utilizado agrotóxico (inseticida)? () Sim () Não

Caso sim, quais? _____

Como é utilizado? _____

13 – É utilizado fertilizante? () Sim () Não

Caso sim, quais? _____

Como é utilizado? _____

14 – Quais os principais cultivos da propriedade?

Resp.: _____

15 - A produção agrícola sustenta a família? () sim () não

Por quê? _____

16 – Como os produtos são comercializados?

Resp.: _____

17 – Existe a assistência técnica do governo? () Sim () Não

Caso sim, como? _____

18 – Existe alguma preocupação com o meio ambiente local? () Sim () Não

Por quê? _____

19 – A propriedade é?

a) Própria

b) Arrendada

c) Outros

Foto: 1



Fonte : Pesquisa de campo 2007

Foto: 2



Fonte : Pesquisa de campo 2007

Foto: 3



Fonte : Pesquisa de campo 2007

Foto: 4



Fonte : Pesquisa de campo 2007

Foto: 5



Fonte : Pesquisa de campo 2007

Foto: 6



Fonte : Pesquisa de campo 2007

Foto: 7



Fonte : Pesquisa de campo 2007